

A man in a grey suit and tie stands in a library filled with rows of books on wooden shelves. The shelves are filled with books of various colors, including red, yellow, and black. The man is looking directly at the camera with a slight smile.

PRÉMIO FIRMA DE LABORAL

A força da equipa coesa

Luís Monteiro, sócio da MLGTS em Laboral, diz que a distinção reflecte o trabalho de toda a equipa. Por Susana Represas

Um prémio atribuído a uma equipa “forte, coesa, onde as pessoas trabalham de modo integrado, e transformam as questões laborais em resposta para os seus clientes”, é assim que Luís Miguel Monteiro, coordenador da equipa de trabalho e segurança social da MLGTS, define o trabalho que agora é reconhecido pelos pares. Na sociedade desde 2000, o advogado tornou-se sócio em 2006 e, desde então, tem vindo a desenvolver um trabalho muito direccionado para as necessidades das empresas e das organizações que os consultam. Mas nem só de assuntos de direito do trabalho

é feito o dia-a-dia destes advogados que, ultimamente, têm sido chamados a resolver dúvidas sobre segurança social. “Estas matérias têm vindo a ganhar espaço face às tradicionais questões laborais”, revela o sócio da MLGTS. Mas como se explica essa nova orientação? “Demonstra uma percepção da parte das empresas, de que vale a pena preparar o futuro e de que, nestas matérias, um bom planeamento evita desperdícios e problemas para os trabalhadores e também para a entidade patronal”. No entanto, a conjuntura actual tem obrigado os advogados a assistir e assessorar vários processos de despedimento colectivo e cessação de contratos de trabalho. Para



LUÍS MONTEIRO, sócio da MLGTS

"Dúvidas sobre Segurança Social estão a crescer"

Clientes estão mais preocupados com as suas reformas. Por Susana Represas

Quem é quem

LUÍS MIGUEL MONTEIRO colabora com a MLGTS desde 2000, tendo chegado a sócio em 2006. Actualmente é o coordenador da equipa de trabalho e segurança social. Antes de integrar esta sociedade, trabalhou em direito civil, direito do trabalho e direito comercial. Na MLGTS participou em diversos processos de reestruturação empresarial e de despedimento colectivo. É docente de vários Cursos de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e da Segurança Social, em várias faculdades. Participou nos trabalhos de elaboração do Código do Trabalho, no âmbito do Grupo de Trabalho criado pelo XV Governo Constitucional.

o especialista, a legislação tem vários obstáculos e é inevitável que se pondere uma alteração constitucional, que flexibilize as leis laborais. “Evidentemente que não sou a favor dos despedimentos, agora o que é preciso é perceber que um sistema que fecha a porta a grandes movimentos de reestruturação ou a saída de trabalhadores, tem como efeito a fuga ao direito do trabalho”, refere Luís Miguel Monteiro, para quem o actual sistema “protege de tal forma um conjunto de trabalhadores que leva o mercado a fugir a essa protecção”. Resultado? “O direito do trabalho está a emagrecer, o que se aplica a cada vez menos pessoas, porque as restantes estão sujeitas a contratos precários”. ●

Com que tipo de questões trabalha com mais frequência?

Hoje assistimos a deslocação do aconselhamento que nos pedem, que tem passado das questões mais clássicas de direito laboral, para uma consultadoria no âmbito da segurança social. Hoje, metade do meu tempo é passado a dar conselhos no âmbito da segurança social.

Que dúvidas lhe colocam?

Colocam-nos questões muito dispare, desde logo porque prestamos aconselhamento a instituições que têm um sistema de segurança social específico, como é o caso dos bancos que decorre da convenção colectiva. São sobretudo questões relacionadas com a reforma e o subsídio de desemprego, o próprio acesso ao subsídio de desemprego, que agora tem regras mais apertadas.

Como se explica essa preocupação?

Julgo que corresponde à noção da importância da componente da relação com os trabalhadores. Hoje, quem está numa empresa não olha, apenas, à retribuição que recebe pelo seu trabalho, mas também ao futuro, à evolução da sua carreira, e aos esquemas que lhe permitirão fazer face a uma situação de menor capacidade de trabalho quando chegar ao fim da vida activa.

O que recomendaria ao Governo em matéria legislativa?

Não tenho legitimidade para fazer recomendações, mas penso que o problema português não é um problema da lei criada ou a criar, é sobretudo um problema de aplicação da lei. Por outro lado, a alteração sistemática da lei é, em si mesmo, algo a evitar, porque a lei perde eficácia, os destinatários de uma lei que está sempre a mudar não acreditam nela e não a aplicam. Devemos evitar uma mudança precipitada da lei, que foi o que fez o Governo anterior, que aprovou um código do trabalho que é em 95% igual ao anterior.

Porque diz que o prémio reflete a sua equipa?

É a generosidade dos nossos colegas... O que faz a diferença é o conjunto, a resposta só é dada porque temos uma equipa a funcionar. ●